



**OS DIREITOS DOS ALUNOS COM
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICAS
DENTRO DAS
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
NA
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA
E
ENSINO SUPERIOR**

Exmos. Senhores Deputados
8ª Comissão Parlamentar da Educação e Ciência

Assunto: Estudantes com necessidades educativas especiais na escolaridade obrigatória e no Ensino Superior

A APPDAE - Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas é uma associação de beneficência, sem fins lucrativos, que visa a plena inserção dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), concretamente os alunos com Dificuldades de Aprendizagem Específicas (DAE), em todos os níveis do sistema educativo e na sociedade em geral.

A investigação na área das NEE, como se poderá constatar pela leitura dos pareceres em anexo a este documento e pelo gráfico anexo (autoria do Professor Doutor Luís Miranda Correia e da Dra Rosa Ferreira, publicado em 2008/2009 na revista *Inclusão*, Universidade do Minho), comprova que, dentro das NEE, há uma significativa prevalência (cerca de **48%**) de alunos com DAE, dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia.

No entanto, a experiência da APPDAE resultante da actividade exercida desde a sua constituição em Março de 2008, englobando mais de 60 actividades de formação /sensibilização em estabelecimentos de ensino e Juntas de Freguesia de norte a sul do nosso país, bem como dos dois Congressos APPDAE (1º Congresso em Lisboa em 29 de Janeiro de 2011; 2º Congresso APPDAE em parceria com a Universidade do Minho em 14-15 Fevereiro de 2014) mostra que, dada a ausência de sinais visíveis a olho nu e tendo em conta a escassez de recursos humanos nas escolas, os alunos com DAE são, de forma geral, os alunos menos identificados e intervencionados durante a escolaridade obrigatória.

Acresce ainda que, tomando como base a investigação internacional e nacional que aponta para que cerca de 48% dos alunos com NEE em escolaridade obrigatória são alunos com uma DAE, podemos concluir que a grande maioria dos alunos com DAE não está identificada e, logo, não é objecto de qualquer intervenção.

A comprovar esta afirmação, basta olhar para os dados constantes do documento *Educação Inclusiva. Da Retórica à Prática. Resultado do Plano de Acção 2005-2009* publicado pela (à altura) DGIDC – Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, em que estavam identificados em escolaridade obrigatória 1 235 464 alunos. De entre estes alunos estariam

identificados com uma NEE e com PEI (Programa Educativo Especial) 31 776, ou seja, cerca de 2,6%.

Facilmente se infere que, se a investigação nacional e internacional aponta para que deverá haver cerca de 10-12% de alunos com NEE em escolaridade obrigatória, **só com DAE deveriam estar identificados cerca de 123 mil alunos, o que nos leva a concluir que identificados com DAE haveria em 2009 cerca de 15 252 alunos e não identificados, nem intervencionados, haveria cerca de 107 748.**

Estes alunos não intervencionados atempadamente estão condenados ao insucesso escolar uma vez que não existem manuais adoptados com estratégias para as DAE, não há formação para os professores do ensino regular relativamente às DAE e não há recursos humanos suficientes nas escolas para intervencionar os alunos com DAE.

A espiral de insucesso leva a que, não tendo adquirido as competências básicas durante a escolaridade obrigatória, estes alunos vão enfrentar dificuldades acrescidas na sua integração no mundo profissional. Coisas tão básicas como tirar a carta de condução é algo que a grande maioria destes jovens não consegue fazer porque não consegue passar o exame de código. Mesmo os alunos que foram intervencionados e que concluem a escolaridade obrigatória ao abrigo das medidas previstas no Decreto-Lei 3/2008, pelo carácter vitalício das DAE, vêm barradas as suas hipóteses de fazer o exame de código pois não se lhes aplicam as referidas medidas, nomeadamente a tolerância de 30 minutos para realização do exame e/ou a leitura das perguntas. Este é apenas um pequeno exemplo das enormes dificuldades que as pessoas com DAE têm que enfrentar.

O mesmo se passa a nível do Ensino Superior, como se infere da informação prestada por um dos membros do GTAEDS – Grupo de Apoio ao Estudantes com Deficiência no Ensino Superior em anexo a este documento. Nas instituições de Ensino Superior inquiridas, apenas estão identificados 169 alunos com DAE. **Como é possível pensar que este número corresponde à realidade dos alunos com DAE no Ensino Superior?**

A APPDAE pugna pela igualdade de tratamento dos alunos, jovens e adultos com DAE, relativamente aos seus pares incluídos nas NEE. O ensino/aprendizagem de um aluno com DAE que não esteja vocacionado para a inclusão nem protegido juridicamente é um ensino tendencialmente conducente ao insucesso e ao abandono escolar, como o comprovam todos os estudos feitos nacional e internacionalmente.



O insucesso escolar vai irremediavelmente reflectir-se em todos os aspectos da vida destes futuros trabalhadores. Por não terem adquirido as competências necessárias à inserção no mundo do trabalho, estes jovens são invariavelmente os últimos a ser admitidos e os primeiros a ser despedidos. Este ciclo de insucesso irá dar origem a adultos com depressão, representando uma sobrecarga adicional para o SNS, muitos deles totalmente dependentes de subsídios estatais, quando a intervenção atempada podia inverter e/ou minorar as consequências de ter uma DAE.

Todo o investimento nas DAE feito no presente vai evitar custos futuros à sociedade.

A APPDAE insta todos os partidos com assento parlamentar a que não permitam que esta situação se perpetue. Os alunos com DAE em escolaridade obrigatória e aqueles que acedem ao Ensino Superior são cidadãos cujos direitos urge defender.

A direção da APPDAE

Eduarda Melo Cabrita e Carla Garcia Marques

Lisboa, Janeiro de 2017

PARECER

Lidos e analisados globalmente os projetos de lei apresentados pelos partidos com assento parlamentar, sou de parecer que, de uma forma geral, as propostas se encontram numa fase embrionária e são escassas relativamente a boas práticas no ensino superior.

Fica também claro que as mesmas continuam a ser omissas relativamente às Dificuldades de Aprendizagem Específicas (e.g., Dislexia, Disortografia e Discalculia), as quais correspondem a cerca de 50% dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Neste sentido, propõe-se que nos projetos sejam especificamente mencionados os alunos com Dificuldades de Aprendizagem Específicas e que sejam apresentadas sugestões concretas orientadas para estes alunos.

Faculdade de Motricidade Humana, 23 de Janeiro de 2017

Vitor Manuel Lourenço da Cruz

Professor Auxiliar

PARECER SOLICITADO
PELA
**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PESSOAS
COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICA
(APPDAE)**

A leitura dos vários projectos que baixaram à Comissão de Educação e Ciência, relativos às iniciativas e ajustamentos a implementar, sobre os **estudantes com necessidades educativas especiais (NEE) no ensino superior**, leva-nos desde já, a valorizar e a estimar, na generalidade, a atitude de inclusão social de tais documentos.

Todavia e em paralelo, a mesma leitura conduziu-nos a identificar uma carência, lamentável e inadmissível, sobre todos os ângulos de análise que se possam formular, desde os direitos humanos e de cidadania, aos de inclusão e participação social, ao não contemplarem as NEE que cabem ao grupo de maior prevalência daquele universo da populacional, que são, efectivamente, os estudantes com **Dificuldades de Aprendizagem Específicas (DAE)**.

As DAE são um problema desenvolvimental que se evidencia na infância, continua na adolescência e se mantém na vida adulta, independentemente das pessoas revelarem um potencial cognitivo e uma inteligência média ou superior, não rara vezes co-ocorrendo com múltiplos talentos e com uma adaptabilidade social satisfatória e produtiva ao longo da vida.

É do conhecimento geral que indivíduos identificados com várias “*dis*” (exemplos: disfasias, disnomias, disartrias, disrítmias na linguagem falada, e dislexias, disortografias e disgrafias na linguagem escrita ou dismatemática na linguagem quantitativa, para além de outras) podem ascender a níveis superiores de desenvolvimento cognitivo e de excelência criativa em muitas áreas das artes e dos conhecimentos, podem mesmo obter diplomas de licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Algumas pessoas com DAE foram agraciadas com prémios por instituições académicas e científicas e reconhecidas internacionalmente, nomeadamente: W. Churchill, J. F. Kennedy, S. Jobs, B. Gates, A. Christie, S. Fitzgerald, N. Rockefeller, R. Branson, P. Picasso, S. Spielberg, A. Hopkins, G. Clooney, e muitos outros.

Nos sistemas de ensino modernos e adequados à diversidade das necessidades da população escolar, as DAE são normalmente identificadas precocemente no ensino pré-escolar como medida de prevenção, e longitudinalmente seguidas de forma personalizada ao longo do ensino básico e continuadas no ensino secundário de forma diferenciada até ao ensino superior.

Com a formação especializada de professores com base: em instrumentos de avaliação dinâmica; em planos educacionais individualizados; em planos de transição bem estruturadas entre as várias

disciplinas e entre os vários ciclos; em procedimentos de inovação e de intervenção pedagógico-clínica e com práticas e estratégias de inclusão efectiva, as crianças e jovens DAE podem perfeitamente ascender ao ensino superior, dito adulto, e concluírem os seus estudos superiores. Os exemplos não faltam em muitos países civilizados.

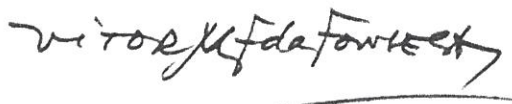
Se não foram implementadas medidas de promoção de sucesso escolar as crianças e jovens adolescentes com DAE, tendem pelo contrário, a mergulhar num ciclo vicioso de insucesso pessoal, de sofrimento emocional, de insegurança e desconforto cognitivo, de baixa auto-estima e baixo auto-conceito, de resignação e de atitude passiva face às exigências escolares e às expectativas sociais, que claramente, sem ajuda e suporte da escola e da comunidade no seu todo, vão aumentar as estatísticas do abandono escolar e do comportamento social disruptivo, empobrecendo assim, perigosamente, a qualificação dos recursos humanos do país.

As taxas elevadas de abandono escolar dos alunos com DAE sugerem que o sistema de ensino, incluindo o ensino superior, não está a satisfazer as suas NEE. Vários estudos internacionais concluem que vale mais investir nesta população escolar para que se possam graduar do que abandonarem a escola, ou a universidade, e ficarem para trás nos seus conhecimentos e nas suas competências.

O desenvolvimento social, cultural e económico dum país emana do respeito que o sistema de ensino no seu todo, desde o pré-primário ao superior, tem pela diversidade das gerações mais novas, proporcionando-lhes as melhores condições possíveis para desenvolverem ao máximo o seu potencial de aprendizagem e as suas capacidades criativas e produtivas para melhor servirem a sociedade.

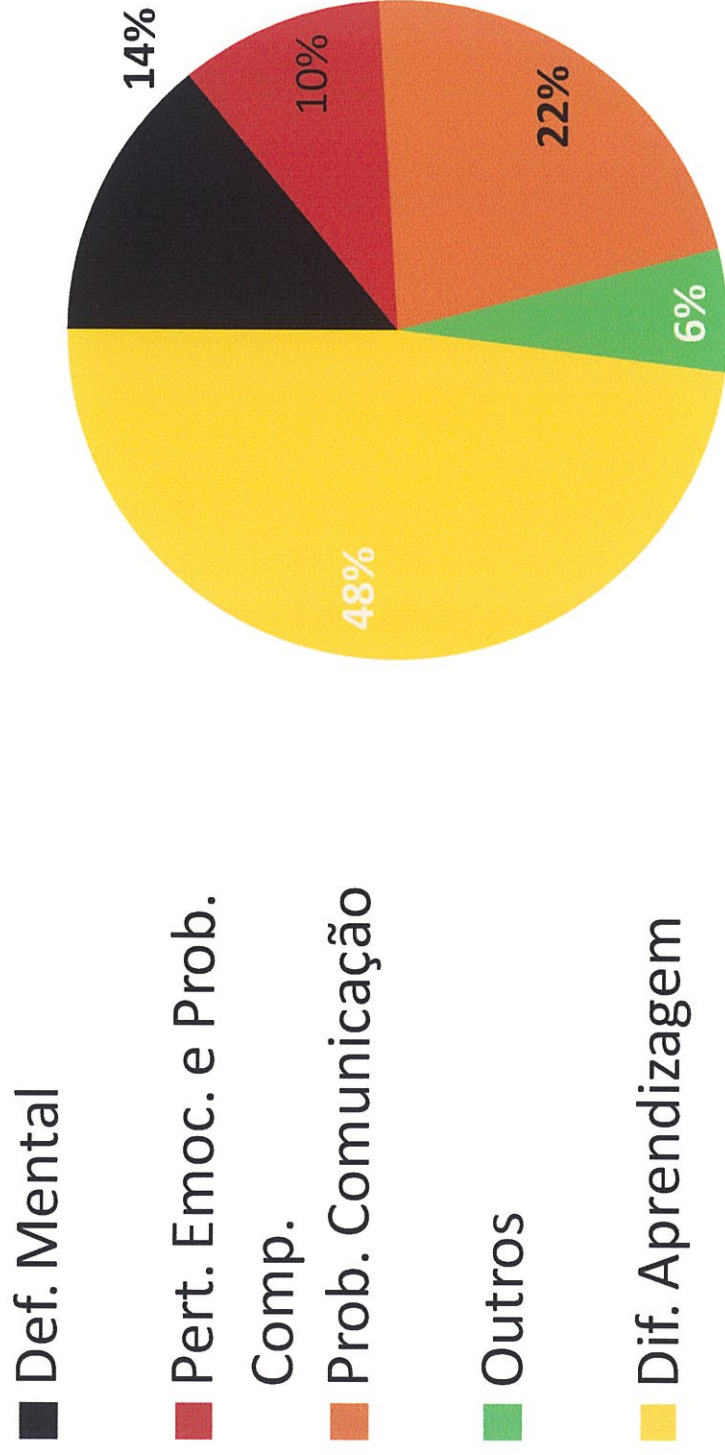
Em síntese e em conclusão, o ensino superior em analogia com os outros graus, deve igualmente contemplar as NEE dos estudantes DAE, respeitando as suas diferenças e preferências, as suas disposições e vocações, porque é um direito que lhes assiste como cidadãos mais preparados para o trabalho profissional e mais adaptados para uma vida mais independente e satisfatória.

Oeiras, 23 de Janeiro de 2017



Professor Catedrático Aposentado
Agregado em Perturbações do Desenvolvimento Humano
UNIVERSIDADE DE LISBOA
Mestrado em Dificuldades de Aprendizagem
NORTHWESTERN UNIVERSITY (Chicago-USA)
Consultor Psicopedagógico

Prevalência das NEE



Perguntas com resposta... Dra Lília Aguardenteiro Pires responde à APPDAE

1) No ensino superior, quantos alunos existem com NEE?

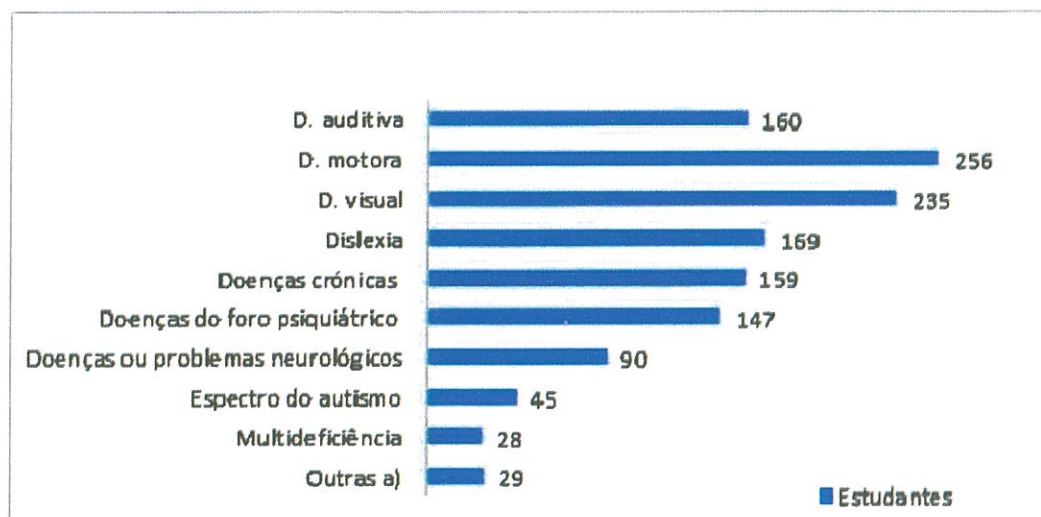
No estudo realizado pelo GTAEDES com a colaboração da DGES foram identificados pelas instituições de ensino superior (IES) respondentes, no ano lectivo de 2014/2015, 1.318 estudantes com NEE

2) No ensino superior, quantos dos alunos com NEE são alunos com uma Dificuldade de Aprendizagem Específica, sozinha ou em co-morbilidade?

No referido estudo foram identificados pelas IES 169 estudantes com dislexia. Não foram questionadas sobre outras perturbações específicas de aprendizagem.

3) No ensino superior, quais as NEE sinalizadas? Quantos alunos existem por cada NEE?

No inquérito realizado pela GTAEDES foi pedido às IES que identificassem o n.º de alunos com Deficiências físicas e sensoriais, doenças crónicas, doenças do foro psiquiátrico, doenças ou problemas neurológicos, do espectro autista e multideficiência. Quanto ao número de estudantes por tipologia, o quadro abaixo indica os valores indicados pelas IES.



4) Em sua opinião, o número de alunos sinalizados com DAE no ensino superior corresponde ao número real de alunos com DAE?

Não. Há estudantes com NEE que não querem ser sinalizados, alguns destes usufruíram de estatuto especial nos níveis de ensino anteriores.

5) Quais são os apoios existentes no Ensino Superior para alunos com NEE?

Os apoios concedidos aos alunos com NEE no ES podem ser variados, dependendo da funcionalidade do estudante no ambiente em que está inserido. Os apoios podem estar relacionados com as condições de acessibilidade física e digital, condições específicas de avaliação, acesso a assistente pessoal, a interprete de língua gestual portuguesa, técnico de mobilidade e apoio psicológico.

6) Quais são os apoios existentes no ensino superior para alunos com DAE?

No inquérito realizado pelo GTAEDES não foi solicitado o apoio concedido pelas IES por tipologia. No caso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dependendo do pedido do aluno, são organizados os seguintes apoios: mais tempo para realização de testes, adaptação do formato da prova, despenalização dos erros ortográficos, acesso antecipado de materiais a apresentar ou trabalhar em sala de aula e apoio individual.

7) Está prevista avaliação diferenciada para alunos com DAE no ensino superior?

O acesso a apoios diferenciados, no ensino superior, depende das políticas internas de apoio aos estudantes com NEE, de cada IES.

8) Qual a importância de apoio diferenciado para o sucesso de a alunos com DAE?

Dependendo da funcionalidade do aluno o apoio diferenciado pode ser essencial para o sucesso académico dos estudantes com NEE, e em particular dos alunos com DAE.

Com os meus cumprimentos,

Lília Aguardenteiro Pires

